



Projeto Pedagógico de Curso

Pós-Graduação EAD Lato Sensu

Direito previdenciário: teoria e prática

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento	3
2. Características Técnicas do Curso	3
3. Público Alvo	3
4. Critérios de Seleção	3
5. Justificativa do curso	4
6. Objetivos do curso	4
7. Competências e habilidades do curso	5
8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	5
9. Estágio Não Obrigatório	8
10. Matriz Curricular	9
11. Carga Horária.....	9
12. Conteúdo programático	9
13. Infraestrutura Física e Pedagógica	20

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Direito previdenciário: teoria e prática

Grande área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas (60000007)

Área de Avaliação CAPES: Direito

Área do Conhecimento CAPES: Direito Público (60102004), Direito Constitucional (60102055), Direito Administrativo (60102063) e Direitos Especiais (60104007)

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número Máximo de Vagas por Polo/Unidade: 100

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

Operadores do Direito (Magistrados, Membros do Ministério Público, Advogados Públicos e Privados, bem como dos serventuários da Justiça, servidores públicos da Autarquia Previdenciária, e dos bacharéis em direito).

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do curso

Para evidenciar o contexto da proteção social, em sua plenitude, necessário se faz desvendar os mistérios que envolvem a legislação de benefícios previdenciários, muitas vezes de compreensão inacessível aos milhões de segurados (trabalhadores urbanos e rurais) e aos milhões de beneficiários (aposentados e pensionistas) do Regime Geral de Previdência Social (INSS). As regras jurídicas editadas acerca do Seguro Social não primam pela clareza, com o intuito nítido de dificultar a descoberta do real sentido às camadas mais simples da população. Desconhecimento que cerceia o direito do trabalhador de efetivar o planejamento de uma vida melhor, de um futuro financeiramente mais confortável, dentro dos limites da Previdência Social. De modo que imprescindível uma real preocupação com educação previdenciária, postura governamental docente ainda não assumida, a revelar o amargor dos menos afortunados pela ausência das noções elementares sobre a relação de proteção. Essa situação clama a atuação cada vez mais presente, eficiente e atenta dos operadores do Direito (Magistrados, Membros do Ministério Público, Advogados Públicos e Privados, bem como dos serventuários da Justiça, servidores públicos da Autarquia Previdenciária, e dos bacharéis em direito), seja perante a Administração Pública (INSS), seja em face do Poder Judiciário (Justiça Federal e Estadual), para darem concretude aos anseios do Constituinte de 1988 de satisfação das necessidades sociais. Este Curso de Especialização tem por escopo trazer à tona informações até então de difícil acesso, revelar as situações de grande confusão nos meandros da estrutura administrativa e judicial, durante o trâmite interpretativo da consagração de direitos previdenciários. Com a análise dos temas mais relevantes do Seguro Social, o título de especialista em Benefícios Previdenciários fornecerá ao aluno uma série de soluções para questões atuais e polêmicas afetas ao Direito Previdenciário contemporâneo, fornecendo ao aluno os instrumentos necessários para a solução de diversos conflitos na seara da proteção social.

6. Objetivos do curso

Diante das diversas e constantes modificações sofridas no Direito Previdenciário nas últimas décadas, este curso colima proporcionar o conhecimento jurídico bem como a desenvoltura necessária para que o aluno possa atuar com segurança no ramo do Seguro Social, ter a habilidade para aplicar ao caso concreto a melhor situação previdenciária diante das inúmeras regras legais que se sucedem no tempo, quer diante da garantia constitucional do direito adquirido; quer diante da jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal a respeito do

melhor benefício previdenciário quando comparados os lapsos temporais entre a data do implemento do direito e a do exercício (requerimento).

7. Competências e habilidades do curso

Competências:

Solucionar questões atuais e controvertidas presentes na Legislação Previdenciária e presentes no cotidiano do profissional daqueles que atuam ou pretendem atuar na área de proteção previdenciária em prol do trabalhador e seus familiares mediante a interpretação mais adequada ao Estado Democrático de Direito.

Habilidades:

- Capacidade de entender, prevenir e mediar conflitos
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Percepção e leitura da realidade que circunda o jurista

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no

Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de

pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado compromissado com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

10. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Seguridade social	0h	40h	40h
Regime geral de previdência social (rgps): segurados e dependentes	0h	40h	40h
Prática da seguridade social	0h	40h	40h
RGPS: custeio	0h	40h	40h
RGPS: benefícios por incapacidade	0h	40h	40h
RGPS: aposentadorias programáveis	0h	40h	40h
RGPS: benefícios previdenciários	0h	40h	40h
Cálculo de benefícios e teses revisionais	0h	40h	40h
Ações de revisão de benefícios	0h	40h	40h

11. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

12. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011. Mensal.

Disponível em:

<http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015. Mensal. Disponível em: <

http://seer.abed.net.br/edicoes/2015/08_A_AUTONOMIA_NA_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 19 fev. 2018.

LITTO, F. M. FORMIGA, M. M. M. (org.) **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância, uma visão integrada**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MORAES, M. C. **O Paradigma educacional emergente**. Campinas – SP: Papirus, 1997.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

MORAN, J. M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios**. <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>. Acesso em: 16 de fev de 2018.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Seguridade Social

Ementa: Introdução. Histórico da Seguridade Social. Princípios Seguridade Social. Saúde. Assistência Social. Regimes Próprio. Regime Previdência Complementar. Reflexão sobre igualdade na aplicação do Direito na Seguridade Social.

Conteúdo Programático 1: Introdução à Seguridade Social, Histórico da Seguridade Social

Conteúdo Programático 2: Princípios Seguridade Social, Saúde. Assistência Social.

Conteúdo Programático 3: Regimes Próprio. Regime Previdência Complementar.

Conteúdo Programático 4: Previdência Complementar. Reflexão sobre igualdade na aplicação do Direito na Seguridade Social.

Bibliografia Básica:

BALERA, Wagner. Sistema de seguridade social. 3. ed. São Paulo: LTr, 2003

BEVERIDGE, Willian. Relatório sobre o Seguro social e serviços afins, apresentado ao parlamento Britânico em novembro de 1942. Tradução de Almir de Andrade. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. O princípio da seletividade das prestações de seguridade social. São Paulo: LTr, 2006.

Pulino, Daniel. Previdência Complementar. São Paulo: Conceito editorial, 2011.

Ibrahim, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário - 19ª Ed. 2014

Martins, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social - 35ª Ed. 2015

Demais referências:

ALENCAR, H. A. .Benefícios Previdenciários 4ª Edição. São Paulo: Livraria Universitária de Direito LEUD, 2009. v. 01. 650 p.

BALERA, Wagner. A seguridade social na Constituição de 1988. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

_____. Contrato de trabalho e aposentadoria. Revista de Direito Social. Porto Alegre: Notadez, ano 5, n. 20, p. 15, out./dez. 2005.

_____. Introdução à seguridade social. In: MONTEIRO, Meire Lucia Gomes (Coord). Introdução ao direito previdenciário. São Paulo: LTr, 1998.

_____. Noções preliminares de direito previdenciário. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

_____. O direito dos pobres. São Paulo: Paulinas, 1982.

_____. O valor social do trabalho. Revista LTr 58-10/1167-1178. São Paulo: LTr, p. 1176, out. 1994.

_____. Sobre Reformas e Reformas Previdenciárias. In: Revista de Direito Social. Sapucaia do Sul/RS: Notadez, v. 3, n. 12, 2003.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. Teoria dos direitos fundamentais sociais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

MARMELSTEIN, George. Curso de direitos fundamentais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BERBEL, Fábio Lopes Vilela. Teoria Geral da Previdência Social. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

Disciplina: Regime geral de previdência social (RGPS): segurados e dependentes.

Ementa: Aplicação das Normas no Direito Previdenciário. Segurados. Manutenção da Qualidade Segurado e Carência. Dependentes

Conteúdo Programático 1: Aplicação das Normas no Direito Previdenciário.

Conteúdo Programático 2: Segurados obrigatórios

Conteúdo Programático 3: Manutenção da Qualidade do Segurado e Carência

Conteúdo Programático 4: Manutenção da Qualidade do Segurado e Carência. Dependentes

Bibliografia Básica:

Balera, Wagner. Legislação Previdenciária Anotada - 2ª Ed. 2013.

Ibrahim, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário - 19ª Ed. 2014

Martins, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social - 35ª Ed. 2015

Demais referências:

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CORREIA, Érica Paula Barcha. Curso de direito da seguridade social. São Paulo: Saraiva, 2007

GIAMBIAGI, Fabio. Reforma da previdência: encontro marcado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2004

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 15. ed. São Paulo: Grupo Gen, 2013.

Baltazar Jr, Jose P. / Rocha, Daniel Machado da. Comentários À Lei de Benefícios da Previdência Social - 14ª Ed. Grupo Gen. 2016

Disciplina: Prática da seguridade social

Ementa: Financiamento seguridade Social. Saúde (Ações judiciais). Assistência Social (Ações judiciais: Benefícios Assistencial de Prestação Continuada. Lei 8.742, de 1993 e Decreto 6.214, de 2007). Regime Próprio (Ações judiciais). Previdência Complementar (Ações judiciais). Regime Geral (introdução).

Conteúdo Programático 1: Financiamento seguridade Social. Saúde (Ações judiciais)

Conteúdo Programático 2: Assistência Social (Ações judiciais: Benefícios Assistencial de Prestação Continuada. Lei 8.742, de 1993 e Decreto 6.214, de 2007).

Conteúdo Programático 3: Regime Próprio (Ações judiciais).

Conteúdo Programático 4: Regime Geral (introdução).

Bibliografia Básica:

Balera, Wagner. Legislação Previdenciária Anotada - 2ª Ed. 2013.

BERBEL, Fábio Lopes Vilela. Teoria Geral da Previdência Social. São Paulo: Quartier Latin, 2005

Ibrahim, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário - 19ª Ed. 2014

ALENCAR, H. A. . Benefícios Previdenciários 4ª Edição. São Paulo: Livraria Universitária de Direito LEUD, 2009. v. 01. 650 p.;

PULINO, Daniel. A aposentadoria por invalidez no direito positivo brasileiro. São Paulo: LTr, 2001.

VIANNA. CLAUDIA SALLES VILELA. A RELAÇÃO DE EMPREGO E OS IMPACTOS DECORRENTES DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. 2ª edição. Editora LTR, 2010.

Marano, Vicente Peddro. Doenças ocupacionais. 2ed. Paulo: LTr, 2007.

Martins, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social - 35ª Ed. 2015

Demais referências:

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 3. ed. São Paulo: LTr, 2004.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 15. ed. São Paulo: Grupo Gen, 2013.

Folmann, Melissa. Fator Acidentário de Prevenção (FAP): inconstitucionalidades, ilegalidades e irregularidades/Claudia Salles Vilela Vianna. Curitiba: Juruá, 2010.

Baltazar Jr, Jose P. / Rocha, Daniel Machado da. Comentários À Lei de Benefícios da Previdência Social - 14ª Ed. Grupo Gen. 2016

Disciplina: RGPS: Custeio

Ementa: Contribuições segurados. Contribuições tomadores serviço.

Conteúdo Programático 1: Noções Introdutórias

Conteúdo Programático 2: Salário contribuição

Conteúdo Programático 3: Contribuições devidas pelos tomadores de serviço

Conteúdo Programático 4: Contribuição Patronal

Bibliografia Básica:

Kertzman, Ivan. Filho, Senésio Cyrino da Costa. Salário-de-contribuição. 2ª Ed. Revista, Ampliada e Atualizada.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 15. ed. São Paulo: Grupo Gen, 2013.

Baltazar Jr, Jose P. Rocha, Daniel Machado da. Comentários À Lei de Benefícios da Previdência Social - 14ª Ed. Grupo Gen. 2016

Martins, Sergio Pinto. Execução da Contribuição Previdenciária na Justiça do Trabalho - 4ª Ed. 2013

Demais referências:

Kertzman, Ivan. Curso Prático De Direito Previdenciário - 14ª Ed. 2016.

Martins, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social - 35ª Ed. 2015

Disciplina: RGPS: Benefícios por incapacidade.

Ementa: Aposentadoria por Invalidez. Auxílio-doença. Auxílio-acidente. Caracterização da incapacidade. Perícia Médica. Alta programada. Submissão periódica à perícia. Atividades concomitantes. Relação trabalhista. Doença preexistente. Doenças que isentam carência. Data de Início do Benefício – DIB. Valor do benefício. Suspensão do benefício. Cessação do benefício.

Cumulação de benefícios. Lei no 9.528 – auxílio-acidente e aposentadoria. Processo Administrativo Previdenciário: Instrução Normativa INSS: Agência da Previdência Social (APS). Recursos na via administrativa. Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS). Ações Previdenciárias perante os Juizados Especiais Federais. Recurso cabível e inadmissíveis no JEF. Ações Previdenciárias perante as Varas Ordinárias.

Conteúdo Programático 1: Aposentadoria por Invalidez. Auxílio-doença. Auxílio-acidente. Caracterização da incapacidade. Perícia Médica. Alta programada. Submissão periódica à perícia. Atividades concomitantes. Relação trabalhista

Conteúdo Programático 2: Doença preexistente. Doenças que isentam carência. Data de Início do Benefício – DIB. Valor do benefício. Suspensão do benefício. Cessação do benefício. Cumulação de benefícios.

Conteúdo Programático 3: Lei no 9.528 – auxílio-acidente e aposentadoria. Processo Administrativo Previdenciário: Instrução Normativa INSS: Agência da Previdência Social (APS). Recursos na via administrativa. Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS).

Conteúdo Programático 4: Ações Previdenciárias perante os Juizados Especiais Federais. Recurso cabível e inadmissíveis no JEF. Ações Previdenciárias perante as Varas Ordinárias.

Bibliografia Básica:

Balera,Wagner. Legislação Previdenciária Anotada - 2ª Ed. 2013.

Ibrahim,Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário - 19ª Ed. 2014

Lazzari, João Batista / Kravchychyn, Gisele Lemos / Kravchychyn, Jefferson Luis. Prática Processual Previdenciária - Administrativa e Judicial - 8ª Ed. 2016

Balera,Wagner. Legislação Previdenciária Anotada - 2ª Ed. 2013.

Martins, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social - 35ª Ed. 2015

Demais referências:

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 15. ed. São Paulo: Grupo Gen, 2013.

Baltazar Jr,Jose P. / Rocha,Daniel Machado da. Comentários À Lei de Benefícios da Previdência Social - 14ª Ed.Grupo Gen. 2016

PEDROTTI, Irineu Antonio; PEDROTTI, William Antonio. Acidentes do trabalho. 4. ed. São Paulo: LEUD, 2003.

Disciplina: RGPS: Aposentadorias programáveis

Ementa: Aposentadoria por tempo de contribuição. Aposentadoria integral. Aposentadoria diferenciada do professor. Aposentadoria diferenciada do segurado pessoa com deficiência. Aposentadoria proporcional. Tempo de contribuição. Sentença trabalhista. Contagem recíproca. Desaposentação. Data de Início do Benefício – DIB. Renda mensal do benefício. Aposentadoria por idade comum. Trabalhadores Rurais. Aposentadoria diferenciada do segurado pessoa com deficiência. Aposentadoria por idade compulsória. Qualidade de segurado. Data de Início do Benefício – DIB. Valor do benefício. Trabalhador rural – art. 143 da Lei de benefícios – norma transitória. Cumulação de benefícios. Aposentadoria especial. Conversão de tempo especial em comum e vice-versa. Contagem recíproca. Comprovação da atividade especial. Ruído – decibéis. Atividade rural. Segurado contribuinte individual (autônomo). Uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI). Data de Início do Benefício – DIB. Valor do benefício. Retorno do aposentado à atividade especial. Lei de Acesso à informação e obtenção de dados Previdenciários. Procedimento Administrativo Previdenciário. Instrução Normativa INSS/Pres. 77. Ações Judiciais

Conteúdo Programático 1: Banco de Dados do INSS. Aposentadorias Programáveis

Conteúdo Programático 2: Perícias Médicas. Aposentadoria Segurado com Deficiência. Processo Judicial Eletrônico

Conteúdo Programático 3: Aposentadoria Segurado com Deficiência. Aposentadoria Especial

Conteúdo Programático 4: Aposentadoria Especial

Bibliografia Básica:

ALENCAR, H. A. Desaposentação e o Instituto da Transformação de benefícios RGPS. 2ª edição. Florianópolis: Conceito Editorial. 2012.

ALENCAR, H. A. Cálculo de Benefícios Previdenciários – Teses Revisionais. Da teoria à prática. 8ª edição. São Paulo: Saraiva. 2016

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Despensão: mais que um neologismo: uma realidade. Revista de Previdência Social. São Paulo: LTr, ano XXXIII, n. 347, p. 909/913, out./2009.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Desaposentação: o caminho para uma melhor aposentadoria. 2. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Desaposentação. 2. ed. São Paulo: LTr, 2009.

Serau Junior, Marco Aurélio. Desaposentação – Novas Perspectivas Teóricas e Práticas. São Paulo. Conceito Editorial: 2011.

ALENCAR, H. A. Cálculo de Benefícios Previdenciários – Teses Revisionais. Da teoria à prática. 8ª edição. São Paulo: Saraiva. 2016

GIAMBIAGI, Fabio. Reforma da previdência: encontro marcado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

Folmann, Melissa. Revisões de benefícios previdenciários, João Marcelino Soares/ Curitiba: Juruá, 2011.

Lemes, Emerson Costa. Manual dos cálculos previdenciários: benefícios e revisões. Curitiba: Juruá, 3ª edição, 2016.

Soares, João Marcelino. Aposentadoria dos portadores de deficiência. Curitiba: Juruá, 2014.

Demais referências:

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 15. ed. São Paulo: Grupo Gen, 2013.

Baltazar Jr, Jose P. / Rocha, Daniel Machado da. Comentários À Lei de Benefícios da Previdência Social - 14ª Ed. Grupo Gen. 2016

Lazzari, João Batista / Kravchychyn, Gisele Lemos / Kravchychyn, Jefferson Luis. Prática Processual Previdenciária - Administrativa e Judicial - 8ª Ed. 2016

Balera, Wagner. Legislação Previdenciária Anotada - 2ª Ed. 2013.

Martins, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social - 35ª Ed. 2015

Disciplina: RGPS: Benefícios previdenciários

Ementa: Salário-maternidade. Fato Gerador. Pai biológico e adotante – direitos. Valor do benefício e limite-teto. Cumulação de benefícios. Salário-família e o critério de baixa renda. Pensão por morte. Trabalhadores rurais – Lei complementar 11, de 1971. Qualidade de segurado do falecido à época do óbito. Viúva que contrai novas núpcias. Duração do benefício em se tratando de cônjuges e companheiros (Lei 13.135, de 2015). Data de Início do Benefício – DIB. Habilitação tardia. Renda mensal inicial. Aplicação da lei mais benéfica. Causas excludentes de proteção social. Cessação do benefício. Cumulação de benefícios. Solicitação da pensão por morte pela internet. Auxílio-reclusão. Baixa renda. Recolhimento à prisão. Renda mensal inicial. Data de Início do Benefício – DIB. Causas de Cessação e Suspensão do benefício. Serviços: I – Reabilitação profissional e II – Serviço social. Lei de Acesso à informação e obtenção de dados Previdenciários. Procedimento Administrativo Previdenciário. Instrução Normativa INSS/Pres. 77. Ações Judiciais

Conteúdo Programático 1: Salário-maternidade e salário-família

Conteúdo Programático 2: Direitos Previdenciários da criança e do adolescente

Conteúdo Programático 3: Dependentes. Pensão por morte

Conteúdo Programático 4: Dependentes. Pensão Por morte

Bibliografia Básica:

Balera,Wagner. Legislação Previdenciária Anotada - 2ª Ed. 2013.

Ibrahim,Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário - 19ª Ed. 2014

DERZI, Heloisa Hernandez.. Os beneficiários da pensão por morte: regime geral de previdência social. São Paulo: Lex, 2004.

Lazzari, João Batista / Kravchychyn, Gisele Lemos / Kravchychyn, Jefferson Luis. Prática Processual Previdenciária - Administrativa e Judicial - 8ª Ed. 2016

Demais referências:

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 15. ed. São Paulo: Grupo Gen, 2013.

Baltazar Jr,Jose P. / Rocha,Daniel Machado da. Comentários À Lei de Benefícios da Previdência Social - 14ª Ed.Grupo Gen. 2016

Martins, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social - 35ª Ed. 2015

Disciplina: Cálculo de benefício e teses revisionais

Ementa: Prescrição e Decadência. Salário-de-contribuição. Salário-de-benefício. Salário-de-benefício antes de 1988. Salário-de-benefício após CF/88. Salário-de-benefício após Lei no 8.213/91. Reajuste – equivalência salarial. Limites mínimo e máximo dos benefícios previdenciários. Abono anual. Buraco negro. Buraco verde – índice-teto – revisão determinada pelo art. 26 da Lei no 8.870. Índice-teto – revisão determinada pelo art. 21, § 3o, da Lei no 8.880/94. IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%) sobre os salários-de-contribuição. Art. 29, § 5o, da Lei no 8.213/91. Revisão do limite-teto acolhida pelo STF. Situações não contempladas na revisão administrativa.

Conteúdo Programático 1: Cálculos Previdenciários

Conteúdo Programático 2: Cálculos Previdenciários

Conteúdo Programático 3: Cálculos Previdenciários

Conteúdo Programático 4: Cálculos Previdenciários

Bibliografia Básica:

ALENCAR, H. A. Cálculo de Benefícios Previdenciários – Teses Revisionais. Da teoria à prática. 8ª edição. São Paulo: Saraiva. 2016

GIAMBIAGI, Fabio. Reforma da previdência: encontro marcado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

Folmann, Melissa. Revisões de benefícios previdenciários, João Marcelino Soares/ Curitiba: Juruá, 2011.

Lemes, Emerson Costa. Manual dos cálculos previdenciários: benefícios e revisões. Curitiba: juruá, 3ª edição, 2016.

Miyasaki, Mário Kendy. Mínimo divisor/ Elisangela Cristina de Oliveira. Curitiba: Juruá, 2010.

Martins, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social - 35ª Ed. 2015

Demais referências:

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 15. ed. São Paulo: Grupo Gen, 2013.

Baltazar Jr, Jose P. / Rocha, Daniel Machado da. Comentários À Lei de Benefícios da Previdência Social - 14ª Ed. Grupo Gen. 2016

Lazzari, João Batista / Kravchychyn, Gisele Lemos / Kravchychyn, Jefferson Luis. Prática Processual Previdenciária - Administrativa e Judicial - 8ª Ed. 2016

Balera, Wagner. Legislação Previdenciária Anotada - 2ª Ed. 2013.

Disciplina: Ações de revisão de benefícios

Ementa: Direito adquirido na EC 20/98. Salário-de-benefício após a Lei no 9.876/99. Direito Adquirido antes da Lei 9.876/99. Fator previdenciário. Ponderações sobre o fator previdenciário. Regras de Transição Cálculo de Benefício Previdenciário. Com especial ênfase na ilegalidade do art. 3º, §2º, da Lei 9.876/99 ao B/41; B/42 e B/46. Revisão da vida toda. Cálculos de Benefícios Previdenciários de segurados que exerçam Atividades Concomitantes (múltiplas atividades). Direito a melhor RMI. Direito adquirido RE 630.501. Liquidação de Sentença. Juros moratórios. Correção monetária. Precatórios e Requisição de Pequeno Valor. Dano Moral previdenciário. Desaposentação Direta e Indireta. Revisão art. 29, §10, Lei 8213. Revisão Lei 13.135, de 2015. Revisão decorrente da MP 739, de 2016. Revisão decorrente das reformas previdenciárias.

Conteúdo Programático 1: Ações de Revisão de Benefícios

Conteúdo Programático 2: Ações de Revisão de Benefícios

Conteúdo Programático 3: Ações de Revisão de Benefícios

Conteúdo Programático 4: Ações de Revisão de Benefícios

Bibliografia Básica:

ALENCAR, H. A. Cálculo de Benefícios Previdenciários – Teses Revisionais. Da teoria à prática. 8ª edição. São Paulo: Saraiva. 2016

GIAMBIAGI, Fabio. Reforma da previdência: encontro marcado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

Folmann, Melissa. Revisões de benefícios previdenciários, João Marcelino Soares/ Curitiba: Juruá, 2011.

Lemes, Emerson Costa. Manual dos cálculos previdenciários: benefícios e revisões. Curitiba: Juruá, 3ª edição, 2016.

Demais referências:

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 15. ed. São Paulo: Grupo Gen, 2013.

Baltazar Jr, Jose P. / Rocha, Daniel Machado da. Comentários À Lei de Benefícios da Previdência Social - 14ª Ed. Grupo Gen. 2016

Lazzari, João Batista / Kravchychyn, Gisele Lemos / Kravchychyn, Jefferson Luis. Prática Processual Previdenciária - Administrativa e Judicial - 8ª Ed. 2016

Balera, Wagner. Legislação Previdenciária Anotada - 2ª Ed. 2013.

Martins, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social - 35ª Ed. 2015

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

Processador Intel Core 2 Duo ou superior.

2Gb de Memória RAM.

Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.

Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).

Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.

Adobe Flash Player (atualizado).

Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.



